# Uma visão docente sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola Pitágoras do município de Amarante-Pi

**Daisy de Oliveira Ribeiro Carvalho[1], Kayra Marlene de Oliveira Lima[2], Luana de oliveira Ribeiro Carvalho[3], Maria Da Luz de Oliveira Ribeiro [4]**

[1]Graduada em licenciatura em Ciência Biológica pelo IFPI e acadêmica do curso de Psicologia da UESPI. e-mail: daisyzinha_oliver@hotmail.com
[2]Acadêmica do curso de Radiologia da Faculdade Nova Fapi. e-mail: kayraliima@hotmail.com
[3]Acadêmica do curso de licenciatura em ciências Biológica pela UESP. e-mail: luaninhazinha14@hotmail.com.br
[4] Graduada em História pela UESPI e pós-graduação em Gestão e supervisão escolar pela Faculdade Evangélica do Meio Norte. e-mail:daluzoribeiro@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar de que modo a gestão da escola Pitágoras do município de Amarante-PI contribui para a inclusão de alunos com necessidades especiais. Para compreender o desenvolvimento da educação especial, é necessário rever a história da educação Especial. A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com a utilização de questionário com perguntas abertas e fechadas para a produção dos dados que foram analisados com base no objetivo do estudo e no referencial teórico proposto. A pesquisa revelou que professores necessitam de uma formação adequada, nesta perspectiva a prática pedagógica desenvolvida nesta instituição ainda não dispõe de todos os requisitos necessários para melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras–chave:** inclusão social; material didático e Pessoas com Necessidades Especiais

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo verificar as concepções de professores da educação regular na escola Pitágoras do município de Amarante-PI sobre o processo de inclusão escolar. A inclusão social das pessoas com necessidades especiais (PNE) significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, do estado e do poder público.

Algumas escolas já adotaram ações no sentido de proporcionar mudanças na organização Pedagógica, que reconheçam e valorizam as diferenças, sem discriminação. Por esse motivo, é tarefa da Escola identificar constantemente as intervenções e as ações desencadeadas e/ou aprimoradas para que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos os alunos.

Nessa direção, o professor acaba se tornando autor principal, por ser o agente mediador do conhecimento. Para isso é necessário que o docente use sua criatividade em sala e se utilize de métodos alternativos como uma forma de instigar a curiosidade do aluno em aprender, na perspectiva de superar o ensino voltado na pura transmissão, nos moldes da educação bancária tantas vezes criticada por Freire (2006).

A discussão sobre a educação de pessoas com necessidades especiais tem ganhado força no cenário nacional, esse debate tem enveredado muito pelo caminho da inclusão. Mesmo não desconsiderando a importância dos discursos produzidos nesta área não poderíamos deixar de destacar, que paralelo a inclusão dessas pessoas na escola regular, o atendimento em locais especializados não deixou de ser realizado, agora ele acontece de forma concomitante ao atendimento na rede regular de ensino.

De acordo com Coll (2004) toda pessoa, mesmo aquela afetada por uma deficiência mental profunda, é capaz não apenas de aprender, mas de adquirir uma educação de qualidade. Portanto, para que ocorra a aprendizagem em questão é necessário que tenha ocorrido no aluno determinados desenvolvimentos neurológicos e psicológicos. Esses alunos, porém são muito diferentes, tanto pela

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

origem de seus problemas como por suas manifestações e pelo tipo de resposta educativa que requerem.

## 2. REFERENCIAL TEORICO

A educação especial, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - lei 9394/96, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos que por possuírem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes e sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas e adaptadas para que possam apropriar-se dos conhecimentos oferecidos pela escola.

Para compreender o desenvolvimento da educação especial, é necessário rever a história da educação Especial, na qual possui três momentos distintos: pré-história da educação especial, a era das instituições e época atual (CARMO, 1991).

No século XVII e XVIII, observa-se o descaso para com os deficientes mentais, eles eram internados nas mesmas instituições: orfanatos, manicômios, prisões, onde ficavam juntos com outros excluídos. Esse período também é conhecido como fase de exclusão, época em que a pessoa com deficiência não recebia nenhuma atenção educacional e nem outros serviços assistenciais (JIMENEZ, 1994).

O Renascimento é um movimento que caracterizou os séculos XV e XVI e tinha valores contrários aos que vigoravam na idade Média. A partir do período renascentista, segundo Jimenez (1994) surgem os primeiros interessados com as deficiências.

O segundo momento da história da educação especial é conhecido por era das instituições ou fase de segregação institucional que compreende final do século XVIII e começo do século XIX. É nesse período que a educação especial realmente iniciou, quando parte da sociedade admite a necessidade de prestar alguma assistência ás pessoas com deficiências. Nesse período, era das instituições, os fatos que marcaram foram: a criação de escolas para deficientes; a tentativa de encontrar métodos de tratamento; e com o desenvolvimento cientifico e técnico, a educação especial passou a contar com métodos de avaliação e tratamento (CARMO, 1991).

A educação especial começa a fundamentar em princípios norteadores. Dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização. O principio da normalidade consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, observando-se a individualidade de cada um. O principio da integração abrange todo o processo educativo. A integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional. As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no principio da individualização, que pressupõe a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais (AGUIAR, 2001).

Em 1990 esse direito é confirmado na declaração Mundial sobre educação para todos, independentemente de suas diferenças particulares. É reforçado pelas diversas declarações das nações unidas, que culminaram na Declaração de Igualdade de Oportunidades para as pessoas com deficiências, assinado em 1993 e publicado em 1994, garantindo que a educação de pessoas deficientes seja parte integrante do sistema educativo. A Declaração de Salamanca, 1994, veio propagar o conceito de inclusão no contexto da educação comum, que teve na conferência Mundial sobre educação para todos.

Durante a Declaração de Salamanca os especialistas estabeleceram um plano de ação cujo princípio norteador mostrava que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. A partir desse momento as escolas enfrentam o desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar as crianças, inclusive as com necessidades especiais, havendo, porém a necessidade de adaptar a aprendizagem a cada criança (TIERNEY, 1993).

No Brasil a tendência para inserção de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, embora já presente desde a década de 70 com a instituição de classes especiais nas escolas públicas, afirmou-se, a partir da metade dos anos 80, com o processo de redemocratização. As discussões sobre os direitos sociais, que precederam a Constituinte, enfatizaram reivindicações populares e demandas de grupos até então excluídos dos espaços sociais. Neste movimento, tomou vulto a luta pela ampliação do acesso e da qualidade da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais (FERREIRA; GLAT, 2003;).

Para oferecer uma educação de qualidade a todos os educandos, inclusive os que manifestam necessidades educacionais especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se. O próprio Ministério da Educação reconhece, que "inclusão não significa, simplesmente, matricular os educando com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades especificas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica" (MEC/SEESP, 1998)

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar deve ter como base três elementos centrais: a) a *presença*, o que significa estar na escola, superando o isolamento do ambiente privado excludente e inserindo o aluno num espaço público de socialização e aprendizagem; b) a *participação*, que depende, no entanto, do oferecimento das condições necessárias para que o aluno realmente possa interagir e participar das atividades escolares; c) a *construção de conhecimentos*, função primordial da escola, sem a qual pouco adianta os outros dois itens anteriores. Em outras palavras, a inclusão escolar só acontece, de fato, se o aluno estiver inserido na escola, porém participando, aprendendo e desenvolvendo-se com base na interação e nos conhecimentos ali construídos, o que vai muito além da concepção de inclusão que defende apenas as vantagens da socialização deste aluno no espaço escolar (PLETSCH, 2005; PLETSCH; FONTES, 2006).

Os autores como Goffredo (1992) e Manzini (1999) têm alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além de infra-estrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo.

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional (ARANHA, 2000).

## 3. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, pois seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009).

Nessa direção, o estudo seguiu etapas de descrição e exploração, que visa delinear características de determinada população ou fenômeno para uma maior familiaridade com o problema. (GIL, 2007).

Inicialmente realizamos levantamento bibliográfico sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais. Essas informações foram relevantes para a construção do referencial teórico e também na discusão dos resultados. Nesta primeira etapa foram lidos vários artigos e livros, para que se pudesse ter um embasamento teórico do que se pretendia alcançar.

Na segunda etapa do estudo foi realizada uma visita na escola Pitágoras do município de Amarante-PI, com o objetivo de obter a relação de todas as crianças com nessecidades especiais que estavam matriculadas na instituição. Constatou-se que a escola possui três crianças.

No terceiro momento foi realizado uma entrevista com as professoras, com o intuito de se verificar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais em sala de aula. A escolha dos professores se deu em primeiro lugar por disponibilidade do professor em está cooperando com a pesquisa e por entendermos que a formação do professor o habilita para trabalhar com recursos didáticos variados, facilitando dessa maneira o desenvolvimento e a participação desses alunos em sala de aula.

Os professores estão identificados pela inicial "P" seguida da numeração de 1 a 13, a Tabela 1 apresenta a síntese do perfil profissional desses interlocutores.

**Tabela 1**: Perfil profissional dos interlocutores do estudo

| PROFESSORES | SEXO | IDADE | EXPERIÊNCIA COMO PROFESSOR | FORMAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| P1 | F | Entre 20-30 | Entre 11-15 | Letras/Inglês |
| P2 | F | Entre 20- 30 | Entre 05-10 | Letras/ Português |
| P3 | F | Entre 20- 30 | Entre 05- 10 | Pedagogia |
| P4 | F | Entre 20- 30 | Entre 05- 10 | Matemática |
| P5 | F | Entre 20- 30 | Entre 05- 10 | Pedagogia |
| P6 | F | Entre 20- 30 | Entre 11-15 | Pedagogia |
| P7 | F | Entre 20- 30 | Entre 11-15 | Pedagogia |
| P8 | F | Entre 20- 30 | Entre 11- 15 | Pedagogia |
| P9 | F | Entre 20- 30 | Entre 11-15 | Pedagogia |
| P10 | F | Entre 20- 30 | Entre 11-15 | Pedagogia |
| P11 | F | Entre 20- 30 | Entre 11- 15 | Pedagogia |
| P12 | F | Entre 20-30 | Entre 11- 15 | Pedagogia |
| P13 | F | Entre 20- 30 | Entre 11- 15 | Pedagogia |

**Fonte**: Dados empíricos do estudo

Os dados da Tabela 1 revelam entre outros aspectos, que dos treze professores sujeitos da investigação, um tem formação em licenciatura em matemática, outro em português, um em inglês e os outros dez são formados em pedagogia. Isso demonstra que todos os profissionais atuam na área em que são formados o que traz um benefício ao processo de ensino-aprendizagem.

Um outro aspecto do perfil profissional dos interlocutores que chama atenção é em relação a experiência docente. Somente quatro docentes tem entre cinco e dez anos de experiência, sendo que nove têm mais de onze anos de experiência . O presente quadro configura assim uma possibilidade maior de construção de saberes ao longo da carreira.

Na produção dos dados da investigação utizamos como instrumentos o questionário com perguntas fechadas e abertas. As perguntas objetivas buscavam caracterizar o perfil profissional dos interlocutores da pesquisa e as fechadas sobre a inclusão dessas crianças na instituição. Todas as entrevistas levaram em torno de uma semana, para serem respondidas pelos intelocutores e depois transcritas para análise e discussão. O questionário foi o instrumento que deu maior dificuldade no processo de coleta de dados. Esses foram respondidos por 13 professores, isso equivale a 100% dos docentes. Quanto ao conteúdo, no questionário constam informações sobre os métodos utilizados pelos professores, se há participação discente e administrativa e se ocorre uma melhora do processo de ensino-aprendizagem.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionamos anteriormente o objetivo deste trabalho é verificar as concepções de professores da educação regular na escola Pitágoras do município de Amarante-PI sobre o processo de inclusão escolar. Nesta direção, inicialmente indagamos aos professores como ocorre à inclusão desses alunos em sala de aula:

> Busco sempre levar material extra para complementar o conteúdo e facilitar a aprendizagem. (P1)
>
> Esses alunos necessitam de aula extra para acompanhar o conteúdo, mas durante as aulas percebe-se um entusiasmo desses alunos em estar participando da aula (P 2).
>
> Procuro sempre participar de curso para me renovar em sala de aula e facilitar a inclusão desses alunos. (P 7).

Pôde-se constatar pelo depoimento de alguns professores que eles não possuem uma qualificação necessária para trabalhar com PNE em sala de aula, porém nota-se uma preocupação dos mesmos em buscar auxílio e instrumentos necessários para facilitar a aprendizagem desse discente em sala de aula. Segundo Castro (2002), entre as necessidades mencionadas dos docentes no processo de inclusão pode-se destacar: a formação específica e continuada dos educadores, a orientação na prática cotidiana, o apoio familiar e técnico, a redução do número de alunos nas classes e alterações nas condições estruturais das escolas. Com base nessas informações, pode-se perceber que são necessárias mudanças profundas no sistema educacional vigente a fim de garantir o cumprimento dos objetivos da inclusão. Cumpre, então, considerar as inúmeras dificuldades vivenciadas por todos os participantes do cotidiano das escolas que tentam, de diferentes maneiras, viabilizar a educação inclusiva de acordo com suas possibilidades.

Outro assunto questionado com os professores foi sobre a participação da administração escolar para o desenvolvimento desses alunos com NE, todos os professores falaram que há apoio total da escola. Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Portanto, torna-se necessário que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional. No que se refere aos diretores, cabe a eles tomar as providências – de caráter administrativo – correspondentes e essenciais para efetivar a construção do projeto de inclusão (Aranha, 2000).

Questionamos aos docentes sobre a utilização de materiais didáticos em sala de aula, para facilitar a participação desses discentes. Constatou-se que todos os professores utilizam métodos alternativos em sala de aula, como observamos no depoimento de alguns professores a seguir:

> Busco sempre utilizar outros materiais em sala de aula, para que dessa forma o aluno compreenda o conteúdo. (P1)
>
> Utilizo sempre o material que a escola disponibiliza. (P 2).
>
> Utilizo sempre outros materiais em sala, pois acaba estimulando a participação do aluno. (P 9).
>
> Utilizo sempre que o assunto proporciona, material diversificado e alternativo, pois seu uso é devidamente relacionado aos assuntos abordados em sala. (P 11).

Os trechos das entrevistas acima evidenciam que todos os sujeitos do estudo argumentam que o principal motivo de utilizarem materiais didáticos em sala é a facilitação da aprendizagem do conteúdo por essas crianças com necessidades especiais. Frente a isso, o Warschauer (2006) sistematiza que recursos físicos (computadores e conectividade), recursos digitais (material digital disponível on-line em termos de conteúdo e linguagem), recursos humanos (letramento e educação para utilização da informática e da comunicação) e recursos sociais (estrutura comunitária, institucional e da sociedade que apóiam o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação), ao serem empregados como

contribuintes ao acesso às TIC para acessar, adaptar e criar conhecimento vai favorecer um círculo virtuoso para ampliar e fomentar novos recursos neste sentido. Facilitando dessa maneira o acesso das pessoas com necessidades especiais à educação.

Foi questionado aos interlocutores da pesquisa se a utilização de materiais didáticos melhora o processo de ensino-aprendizagem.

> Sim, na aula o aluno aprende vendo, pegando, fazendo, se torna muito real, isso facilita a aprendizagem, além do que chama mais a atenção (P1).
>
> Sim, pois os alunos vivenciam as situações demonstradas em livros (P2).
>
> Sim, pois é algo atrativo que os alunos adoram ( P3).
>
> Melhora a fixação do assunto e a participação dos alunos ( P5, P6, P7, P9, P12).
>
> Sim, a visualização da ocorrência de determinado fenômeno na prática facilita a compreensão do aluno (P8).
>
> Sim, pois trazer o conteúdo do livro para a realidade do aluno é sempre bom, torna mais fácil (P10)
>
> Sim, pois eles buscam ter uma visão daquilo que eles só poderiam ver em livros. Assim o processo de aprendizagem ficará mais rico em informações (P11)
>
> Sim, os alunos gostam de novas experiências e com isso ficam mais motivados e melhoram o desempenho (P13)
>
> Sim, percebe-se claramente o interesse dos alunos e podemos observar que influenciam bastante na fixação da aprendizagem e do conteúdo ministrado (P04).

Segundo o depoimento do P5, P6, P7, P9 e P12 essas aulas melhoram a participação dos alunos e a fixação dos conteúdos. A utilização de modelos e estruturas tridimensionais ou semi-planas e coloridas facilitam a aprendizagem, além de complementar o conteúdo escrito e as figuras planas e muitas vezes descoloridas dos livros. Além do lado visual, esses modelos permitem que o estudante manipule o material, visualizando-o de vários ângulos, melhorando assim, sua compreensão sobre o conteúdo abordado (ORLANDO, 2009).

Segundo alguns professores o assunto abordado torna-se mais real o que facilita a aprendizagem, o que proporciona um maior desempenho do aluno e traz para a realidade dos mesmos os conteúdos abordados em sala. O professor ao preparar suas aulas, deve dar ênfase na aplicação dos conhecimentos científicos na vida cotidiana dos alunos, além de buscar as representações que os alunos têm sobre o conteúdo trabalhado o que possibilita uma aprendizagem significativa dos conteúdos (GERALDO, 2009).

Por último foi questionado aos docentes, se a presença desses alunos com NE dificultava o desenvolvimento da aula. Constatou-se que a resposta foi unânime, pois todos os docentes falaram que tiveram muita dificuldade no início. Um dos obstáculos encontrados foi procurar adequar os conteúdos de uma maneira que todos os alunos compreendam. A outra dificuldade foi a aceitação da turma, pois

já que são crianças entre seis e dez anos, eles não entendiam o porquê da atenção redobrada àqueles alunos.

Com isso a escola buscou uma qualificação profissional para os professores, para que dessa forma eles soubessem trabalhar da melhor maneira possível em sala de aula. Buscando dessa forma a inclusão desses alunos.

## 6. CONCLUSÕES

Atualmente, existem amparos legais para que as pessoas com necessidades especiais tenham acesso à saúde, educação e trabalho, mas é preciso discutir ainda formas de tornar acessível todos esses direitos legais e essenciais à condição de vida dos mesmos. Nos últimos anos na tentativa de incluir todos os alunos no ensino regular, muitas discussões estão sendo realizadas, especialmente no que se refere ao local que essas pessoas deveriam estudar.

A história e as legislações têm nos mostrado que, apesar de todas as contradições, existiram grupos ou indivíduos que se preocuparam em oferecer educação e cuidados para as pessoas com necessidades especiais, todavia há ainda a necessidade de busca alternativa para que a educação formal de todas as pessoas se efetive. Para tanto é preciso que as legislações sejam cumpridas.

Com essa pesquisa pode-se indagar a respeito da formação dos professores, pois estes necessitam de uma formação adequada, pois ensinar não é uma tarefa simples, o que exige do professor uma aula bem preparada associada com atividades inovadoras que acaba possibilitando uma maior interação dos alunos. Nesta perspectiva a prática pedagógica desenvolvida nesta instituição ainda não dispõe de todos os requisitos necessários para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, mas nota-se um grande interesse da escola em buscar um maior aperfeiçoamento dos seus profissionais.

Logo o principio que rege as escolas inclusivas é de que todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças. As escolas inclusivas devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender, adaptar-se a diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, T.F.V. **Procedimentos didáticos metodológicos utilizados pelos professore da APAE no processo de alfabetização dos alunos portadores de deficiência mental moderada.** Dissertação de mestrado em educação. Universidade Federal de Uberlândia, concluído em 28 de março de 2002.

ARANHA, M. S. **Inclusão social e municipalização.** 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial,**1998.

BRASIL**. Ministério da educação e do Desporto.** Declaração de Salamanca, Brasília, 1994.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto.** Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, Brasília.

CARMO, A. A. do. **Deficiência física:** a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos/ PR, 1991.

CASTRO, A. M. ***A prática pedagógica dos professores de ciências e a inclusão do aluno com deficiência visual na escola pública.*** Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2002.

COLL,C. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. vol. 1. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R. ; MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2009.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: SOUZA, D. B. & FARIA, L. C. M. 10 (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP&A, p. 372-390, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GERALDO, A. C. H. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOFFREDO, V. **Integração ou segregação?** O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. *Integração*, *4*(10), 118-127,1992.

JIMENEZ, R. B. (org) **Necessidades educativas especiais.** Dinalivro: Lisboa, 1997.

MANZINI, E. F. **Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador?** Temas sobre desenvolvimento, *7*(42), 52-54, 1999.

ORLANDO, T. C. Planejamento, montagem e aplicação de modelos didáticos para abordagem de biologia celular e molecular no ensino médio por graduandos de ciências biológicas. **Revista Brasileira de Ensino de Bioquímica e Biologia Molecular**, Minas Gerais, v.1, n.1, p 1-17, 2009.

PLETSCH, M. D. **O ensino itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

PLETSCH, M. D.; FONTES, R. de S. **O papel da Educação Especial no processo de inclusão escolar: a experiência da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro**. Texto aprovado para apresentação na ANPED, 2006.

TIERNEY, W. G. **Building Communities of Difference**. Higher Education in the twenty-first Century. London: Bergin and Garvey, 1993.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e Inclusão Social:** A exclusão digital em debate. São Paulo: Senac, 2006.